

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) foram instituídos pelo governo para planear e executar as políticas nacionais relacionadas com pessoas com deficiência ou incapacidade, sendo que a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação estão entre os seus objetivos primordiais.

É do ano passado a notícia de que os projetos piloto dos CAVI seriam prolongados até ao final de 2023, sendo essa medida justificada com a importância de não haver quebra de financiamento entre quadros comunitários.

A Sra. Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, anunciou, no ano passado, o modelo definitivo de Vida Independente para o ano de 2023, sem especificar data aproximada.

Até hoje, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ainda não informou as entidades que estão a gerir estes projetos, deixando-as sem saber com o que podem contar e sem condições para programarem o futuro.

Sendo certo que a situação de carência, indutora de desigualdade socioeconómica, de dependência ou de vulnerabilidade social tem de ter resposta do Estado. Impõe-se, portanto, uma clarificação, para que se evite a criação de falsas expectativas às pessoas, principalmente as mais vulneráveis.

Mais se acrescenta que esta incerteza tem resultado na saída de profissionais e de Assistentes Pessoais em virtude de se antever uma situação de desemprego e desproteção. A maior tragédia resulta para as Pessoas Assistidas que vêm este apoio e os seus sonhos desvanecerem-se. Está, assim, em causa o abandono pelo governo deste programa que tem demonstrado ser vital no desenvolvimento e inclusão de pessoas com deficiência.

O Grupo Parlamentar do PSD interpôs uma pergunta parlamentar à Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, exatamente sobre esta matéria, no dia 11 de abril passado.

Até hoje não obteve resposta.

Cumpra lembrar, entre os poderes dos Deputados previstos na Constituição encontra-se o de fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer atos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável. As perguntas escritas cumprem uma função idêntica à das perguntas feitas oralmente nas reuniões plenárias em que participam membros do Governo.

O Governo e a Administração Pública devem responder com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 dias. Caso não seja possível cumprir este prazo, os destinatários das mesmas devem informar, por escrito e de forma fundamentada, o Presidente da Assembleia da República. Tal não aconteceu.

Face ao exposto, e devido a este incumprimento legal por parte do Governo, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm, mais uma vez, endereçar, com carácter de urgência, através de V. Exa, as seguintes questões à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:

- 1. Está programada a renovação do programa dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI)?**
- 2. Está no horizonte do governo a produção de legislação que regule o funcionamento deste serviço?**
- 3. Para quando a comunicação do governo às entidades gestoras dos CAVI sobre o prazo de validade do programa?**

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2023

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

NUNO CARVALHO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

HUGO MARAVILHA(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

Deputado(a)s

JOANA BARATA LOPES(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

PAULA CARDOSO(PSD)

RUI CRUZ(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)